

HISTÓRIA, LUTA E DESENVOLVIMENTO DA REFORMA PSIQUIÁTRICA

MARI INÊS VERSCHOOR¹(UNISECAL)

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar um pouco da história da luta, do desenvolvimento e da atual situação da Reforma Psiquiátrica no Brasil, a qual já acontece há vinte anos. Conhecer alguns dos personagens que foram de grande relevância nesta luta, quais eram os métodos usados anteriormente para tratamento destes pacientes. Assim sendo, vamos relatar um pouco da história trágica do Hospital de Barbacena, conhecer um pouco da legislação existente. Por fim é necessário falar dos programas sociais, como estão sendo aplicados na atualidade.

Palavras-chave: Reforma Psiquiátrica, Instituição, Loucura.

1 INTRODUÇÃO

Quando a família real chega ao Brasil, traz consigo também pessoas necessitadas de cuidados, em consequência disto vemos a criação das primeiras Santa Casas e asilos do Brasil, instituições para as quais eram enviados todas as pessoas indesejadas ao convívio em sociedade, a Igreja Católica era quem administrava esses hospitais, com o passar do tempo foi-se observando o tratamento desumano que estes pacientes recebiam, principalmente os que tinham transtorno mental (SANTOS, 1992).

A partir de então veremos a história da luta e desenvolvimento da Reforma Psiquiátrica, que vários médicos travaram no Brasil e no exterior para que estes pacientes recebessem um tratamento digno. Veremos a criação das colônias agrícolas, a descoberta de medicamentos que ajudaram muito no tratamento destas doenças. O período da ditadura militar é sombrio, tratamentos são confundidos com torturas, hospitais deixam de receber verbas. A história do Hospital de Barbacena é um divisor que merece ser explanado, a ajuda de Franco Basaglia no processo de desinstitucionalização, e como os pacientes que foram resgatados estão hoje. Com respeito a legislação falaremos do seu surgimento em 1830, onde

¹ACADEMICA DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO. E MAIL: mariibv2@hotmail.com

os loucos passam a ser considerados doentes mentais e necessitam de um lugar apropriado para o tratamento, a criação dos programas sociais. Os (CAPS), Centro de Atenção Psicossocial, são regularizados a partir de 1992 juntamente com os (NAPS), Núcleo de atenção Psicossocial. O 1º Encontro das Entidades, Familiares e Sociedade Civil em Santos. Talvez o marco mais importante no sentido de legislação, seja a Lei 10.216 de 06 de Abril de 2001, a realização da, III Conferência de Saúde Mental com o lema, "Cuidar sim, excluir não", também é de muita relevância. A criação do auxílio reabilitação psicossocial, que faz parte do programa "De Volta Para Casa", também a Reestruturação de Assistência Hospitalar Psiquiátrica no SUS. Veremos ainda outras leis que visam melhorar o atendimento psicossocial dos pacientes. O aumento dos CAPS, das residências terapêuticas para doentes e drogados, as equipes de multiprofissionais em todo o país, apreciaremos os dados do governo e a opinião de alguns institutos que são fiscalizadores destes programas, assim observaremos o desenvolvimento da reforma psiquiátrica no Brasil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para esta pesquisa foi realizada uma busca sobre a história da reforma psiquiátrica no Brasil, um trabalho de pós-graduação (Santos, Pedro Antônio N. dos) foi analisado, pois traz um relato interessante desde o início da história destes pacientes no país, juntamente com a página (ccs.saúde.gov.br) que traz a história da parte médica e sua luta, assim como a página ([desinstitute](http://desinstitute.org)) que traz relatos sobre a atual situação da política pública, quanto ao história do hospital de Barbacena, o documentário (holocausto Brasileiro) foi apreciado, foi feito uma leitura analítica e interpretativa com caráter exploratório, para que fosse possível fazer os relatos constantes aqui.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa visa entender e explorar um pouco da história da inicialmente chamada "loucura" em nosso país, durante a pesquisa foi realizado uma leitura para o entendimento e apresentação de forma resumida sobre a participação da sociedade, Estado, área médica e participação política, quanto a condução das formas de tratamento utilizadas durante a história de nosso país, a legislação é

apresentada no texto de forma resumida e interpretada, foi utilizado como fonte, bibliografias, tese, documentário, sites de informação ministerial e página de institutos, foram lidas e extraídas informações para compor a pesquisa. Um dos objetivos é acompanhar a história e a luta da reforma psiquiátrica no Brasil. Abordamos também um pouco da trágica história do hospital de Barbacena, contida no livro de Daniela Arbex (2013). Tentamos também verificar o acompanhamento feito por entidades responsáveis sobre a implantação de programas de política pública e da destinação de verbas necessárias a seu funcionamento, foi feita uma leitura analítica e interpretativa com caráter exploratório, efetuado através do, Google, livros e sites.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS ATÉ O MOMENTO;

Para falarmos da Reforma Psiquiátrica no Brasil devemos voltar um pouco na história inicial deste contexto, que se inicia com a chegada da família Real ao Brasil. Quando do desembarque dos mesmos, juntamente estavam pessoas necessitadas de atenção, como estas pessoas eram motivo de vergonha para as famílias abastadas, elas eram afastadas da sociedade, para isso foram criadas mais tarde as "Santa Casa de Misericórdia" e os asilos, com o intuito de afastar estas pessoas, pois eram tidas como agressivas e improdutivas. A igreja Católica era quem cuidava destas instituições em sua grande parte, pois para estas eram enviados todos os que eram considerados prejudiciais à sociedade de alguma maneira, como os leprosos, mendigos, ladrões, prostitutas, doentes mentais. O conceito humanizador destas instituições começou a ser desenvolvido por alguns médicos, que observaram o tratamento desumano que os pacientes recebiam, principalmente os doentes mentais (SANTOS,1992). Um dos grandes influenciadores da época foi Jean-Étienne Esquirol, precursor da psiquiatria juntamente com Augustre Morel, integraram a escola de Philippe Pinel, se preocupavam em compreender o que levava aos transtornos do humor e da melancolia, principais condutores que levavam à perda do juízo. Pinel iniciou as reformas nos asilos e hospícios franceses, fundou o primeiro curso para tratamento de doenças mentais e lutou para a aprovação da Primeira Lei de Alienados na França. O que serviu de inspiração para a criação do Hospício de Pedro II, em 1841. Pinel durante a Revolução Francesa inspirado pelos ideais revolucionários, de igualdade, liberdade e fraternidade, desacorrentou os loucos em Paris, em 1801 publica o "Tratado médico-filosófico

sobre a alienação ou a mania”, onde discorre sobre uma nova especialidade médica que viria a chamar-se psiquiatria (1847). Sigmund Freud é quem explora o inconsciente, criou a psicanálise como forma de tratar as neuroses e adotou o método de ouvir os pacientes, o qual é usado até hoje. Teixeira Brandão em 1883 foi o primeiro professor de Psiquiatria da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi também diretor do Hospício D. Pedro II em 1886, e o desvinculou da Santa Casa de Misericórdia, fundou a primeira Escola de Enfermeiros do Brasil, como deputado fez a primeira Lei de Assistência aos Alienados, com base na legislação francesa, iniciou as primeiras colônias de alienados. Juliano Moreira foi o primeiro diretor do Hospital dos alienados, extinguiu a camisa-de-força e iniciou diálogos com pacientes, além de criar a maior Biblioteca de Psiquiatria editou inúmeros trabalhos científicos. Já Ulysses Pernambuco contribuiu enormemente com trabalhos das drogas entorpecentes e alucinogênicas, Luís Cerqueira foi seu maior discípulo e iniciou a desospitalização, lançou o livro “Psicologia Social”. por sua vez Wilson Simplício (1924-2001) e Oswaldo Santos (1933-2000), tiveram sua atuação durante o regime militar, período onde os tratamentos eram confundidos com repressão e cárcere. Após este período desenvolveram modelos onde os próprios pacientes anotavam as ideias em livros, como não mencionar Nise da Silveira (1905-1999) que achava desumanos os métodos usados, baseada nos ensinamentos de Carl Jung, acreditava que a criatividade era o melhor caminho, assim que foi obrigada a aposentar-se apresentou-se imediatamente como estagiária, os desenhos de seus pacientes estão até hoje no Museu de Imagens do Inconsciente. Os métodos utilizados como o eletrochoque, descoberto em 1937, por ser de fácil aplicação logo foi incorporado ao tratamento, porém logo foi associado a castigo e controle, no Brasil foi utilizado até a década de 80, epilepsia e psicose tornam-se doenças excludentes. Em 1933 Von Meduna utiliza o cardiazol que foi eficiente nas psicoses, mas para a esquizofrenia, provocava sensações terríveis. Somente a partir da década de 50 é que novos medicamentos são utilizados para tratamentos mentais, a clorpromazina, usada para hibernação, reduzia a agitação, alucinação e delírios, efeito chamado de neurolepsia. Lobotomia, técnica que reduzia a parte branca dos lobos temporais alterava a personalidade, sendo irreversível, porém no Brasil foi utilizada até 1955, os mais pobres vagavam pelas ruas, porém alguns eram presos ou mantidos em porões nas Santa Casa de Misericórdia, a sociedade médica inspirada em Pinel e Esquirol faz uma campanha com o lema “Aos loucos, o

hospício”, quando desanexado da Santa Casa de Misericórdia, passou a chamar-se Hospício Nacional de Alienados, sua superlotação acontece em torno de 1890 a 1894 com 3.201 pacientes, o que torna o atendimento precário, outros asilos começaram a utilizar a mão-de-obra dos internos considerados menos agressivos, chamadas de colônias agrícolas e foram apoiadas por Juliano Moreira, em 1830, onde os loucos passam a ser considerados doentes mentais e merecedores de um espaço para tratamento, em 1898 é criado o Juqueri em São Paulo, sob direção de Francisco Franco da Rocha. Em 1903 é criada a primeira lei de Assistência aos alienados. Em 1911 por decreto nº8.834, de 11 julho, as mulheres são destinadas a Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro, mas somente em 1912 a psiquiatria passa a ser especialidade médica autônoma, pelo decreto 5.148 de 10 de janeiro de 1927. Quando os doentes mentais foram equiparados aos demais doentes criou-se uma coordenação para as instituições no Rio de Janeiro (capital do Brasil até 1960), Já em 1941, o decreto nº3.171 de 2 de abril criava o Serviço Nacional de Doenças Mentais. A dr^a Nise da Silveira inicia em 1946 sessões de terapia ocupacional no centro de Engenho de Dentro. Em 1965 é criado o Hospital Philippe Pinel. Realizada em 1987, a primeira Conferência Nacional de Saúde Mental, onde surge o lema “Por Uma Sociedade Sem Manicômios”, em 1989 decretada intervenção do Hospital Psiquiátrico Padre Anchieta a “casa dos Horrores”, em 1992 foram regularizados os (CAPS), Centros de Atenção Psicossocial, e os (NAPS) Núcleo de Atenção Psicossocial, 1994 acontece em Santos o primeiro encontro das Entidades e familiares inclusive da sociedade civil. Criada em 6 de abril de 2001 a Lei 10.216, foi muito importante, pois trata dos direitos dos usuários e os manicômios não são mais a parte central do tratamento, também neste ano acontece a III Conferência de Saúde Mental, com o lema “Cuidar sim, excluir não”, em 2003 temos a lei 10.708 onde institui o auxílio-reabilitação psicossocial, faz parte do programa “De Volta Para Casa”, coordenado pelo Ministério da Saúde. Em 2004 a portaria GM nº52/04 institui o Programa Anual de Reestruturação da Assistência Hospitalar Psiquiátrica no SUS, que visa reduzir gradualmente os leitos, recompondo a diária hospitalar em psiquiatria. Inaugurado em 2006 o milésimo CAPS em Fortaleza, dados constantes no ccs.saúde.gov.br, utilizado como fonte de dados para esta pesquisa. Sem dúvida alguma um marco nesta história, o qual foi um divisor, e que no momento devemos explicar é sobre o Hospital Colônia de Barbacena, registrado no documentário de Daniela Arbex, e sobre a participação de Franco Basaglia, como isto mudou a

história da internação psiquiátrica no Brasil, "O Holocausto brasileiro", Arbex Daniela (2013). Fundado em 1903 o Hospital Colônia de Barbacena fazia parte de um grupo de sete instituições que existiam na cidade, inicialmente os pacientes eram mandados para lá para tratamento de pneumonia, devido a qualidade do clima, com o passar dos anos o número cresceu assustadoramente, pessoas chegavam de trem, vagões inteiros com pessoas para serem internadas, estima-se que entre 1930 e 1980, 60 mil pessoas morreram na instituição, eram enviados doentes mentais, pessoas abandonadas, doentes epiléticos, crianças com deficiências e desobedientes, meninas grávidas rejeitadas por suas famílias, esposas que os maridos não desejavam mais, mendigos enfim toda sorte de pessoas que não eram desejadas pela sociedade, usada como uma forma de punição, muitos abandonados por familiares que desapareciam, com o regime militar a instituição perdeu recursos, após este período a Igreja Católica também esteve à frente da instituição, e por fim repassada novamente ao Estado, deixou de receber recursos, e seus internos mal obtinham refeições, medicamentos, roupas, muitos morriam de frio, pois eram obrigados a dormir ao relento sem uma única peça de roupa, os tratamentos quando obtidos eram a base de eletrochoque, em sua fase final morriam aproximadamente 16 pessoas por dia, lobotomias eram realizadas, corpos foram vendidos para as universidades durante a década de 1970, foram encontrados registros de pelo menos 1.853 corpos vendidos, essas pessoas quando chegavam à instituição lhes era retirado os documentos, as roupas e tinham o cabeça raspada, havia pelo menos trinta e três crianças (Arbex, D. 2013) durante a pesquisa a autora relata muitos horrores onde os internos muitas vezes comiam ratos, bebiam urina ou esgoto, suas camas eram de capim, foram relatados casos de violência e abusos entre pacientes, por vezes a rede de luz do município sobrecarregava devido aos eletrochoque, cerca de 30 crianças foram retiradas de suas mães, considera-se que o que houve foi um genocídio com a conivência do Estado, dos médicos, funcionários e da sociedade, muitos destes fatos ocorreram durante o período da ditadura, sendo este um dos motivos da demora nas denúncias, no final dos anos 70 Ronaldo Simões Coelho sendo chefe do Serviço Psiquiátrico, fez uma denúncia sobre toda a sorte de maus tratos que ocorriam na instituição, durante o III Congresso Mineiro de Psiquiatria. Ao mesmo tempo em que Franco Basaglia fazia um trabalho antimanicomial na Itália, informado da situação veio ao Brasil fazer uma visita, após a mesma fez uma coletiva de imprensa onde afirmou que jamais em

nenhum lugar do mundo havia presenciado uma situação como esta, comparado a um campo de concentração, e que somente com "nossa" omissão foi permitido que os direitos humanos mais básicos fossem retirados destas pessoas. O esforço de Daniela Arbex em documentar e escrever o livro para que isto não caísse no esquecimento, foi reconhecido com o livro "Holocausto Brasileiro", a partir da década de 80 é que a reforma psiquiátrica ganha força, e a história começa a mudar, nesta época restavam 200 pacientes ainda, mas parte deles veio a morrer ainda internados, alguns foram transferidos para residências terapêuticas, supervisionadas por funcionários, tais pacientes nunca conseguiram ficar autônomos. Em 1980 mais de 20 meninos foram retirados do Hospital Colônia e enviados para a unidade Fhemig na capital mineira, destes apenas três sobreviventes, entre os sete moradores do lar abrigo e dirigido por irmã Mercedes, Barbacena tem hoje o "Museu da Loucura", inaugurado em 1996 no antigo Hospital Colônia, sua importância é levar as pessoas a pensar como esses sofredores mentais, foram marginalizados, excluídos, para que não sejam esquecidos. É preciso falar também das legislações existentes, a lei de atenção ao portador de transtorno mental, lei 10.216, de 06 de Abril de 2001, a qual assegura que sem qualquer distinção ou discriminação terão acesso a tratamento, serão tratadas com humanidade e respeito, terão proteção, presença médica, livre acesso a meios de comunicação, tratados em meio terapêutico... os leitos passaram a ser substituídos por modelos de atendimento mais humanizados. Com a Lei Federal 10.708 de 31 de julho de 2003, propõe o auxílio-reabilitação psicossocial para os pacientes que permanecem em instituições, surge, o "Programa de Volta Para Casa" (BRASIL, 2003). Segundo a página desinstitute outras conquistas estão sendo realizadas, em 2009 a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, a lei 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), ela inclui os direitos das pessoas com transtornos mentais e ou decorrentes do uso de álcool e drogas, e nas últimas décadas acontece um monitoramento por parte de órgãos nacionais e internacionais, o que contribui para aumentar e ampliar as leis, as políticas e os serviços públicos, o que contribuiu para que fossem fechados leitos psiquiátricos, nos anos de 1980 eram 80 mil, agora em 2020 são cerca de 19 mil, em 2017 à revelia incluíram os hospitais psiquiátricos na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), o que deveria ter acontecido por intermédio de consulta à população ou portaria ministerial, em 2019 as comunidades

terapêuticas passaram a ser regulamentadas pela Lei 13.840 "Nova Lei de Drogas" e contar com o amparo na Política Nacional sobre Drogas (Pnad) que pretende apoiar e estimular até mesmo com apoio financeiro o desenvolvimento e estruturação destas comunidades, na parte física e funcional. A informação do Ministério da Cidadania é que, o repasse de recursos para essas comunidades passou de R\$157 milhões em 2019, para R\$300 milhões em 2020. Simultaneamente órgãos e mecanismos públicos denunciavam que há falta de fiscalização, pouco compartilhamento de informações. Critérios técnicos para o funcionamento legal dessas instituições, faz com que a Lei de Reforma Psiquiátrica, que proíbe a internação de pacientes em lugares com características de asilos, esteja acontecendo, onde os pacientes são privados de liberdade e tem seus direitos humanos violados, o que é revelado em relatórios de inspeções nacionais, segundo a página desinstitute, órgãos e conselhos públicos, como o Conselho Federal de Psicologia, alertam desde 2015 para a situação de desassistência á saúde, quando se trata de hospitais psiquiátricos, condições como falta de infraestrutura, prática de tortura, uso excessivo de medicamentos, trabalho forçado etc. A falta de dados públicos impossibilita a análise de gastos federais nestas instituições nos últimos anos, o acesso ao orçamento do Ministério da Saúde entre 2017 e 2018 revela um crescimento expressivo do investimento em hospitais psiquiátricos em detrimento aos serviços como os CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e UAs (Unidades de Acolhimento) e Centros de convivência e Cultura, os últimos dados em 2018 de um Relatório de Inspeção Nacional em Hospitais Psiquiátricos do Ministério da Saúde revelou que o Ministério destinou para a Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas aproximadamente R\$1,5 bilhão, 5% a mais que 2017, já o financiamento para os hospitais psiquiátricos cresceu 26% num aporte de 97 milhões às instituições, mesmo as que estavam incluídas no descredenciamento por não terem condições mínimas de assistência, segundo a página desinstitute, após esta pesquisa os últimos dados revelado são através da página do senado, as informações podem divergir com algumas anteriores, mas apesar de um pouco desencontradas devem ser analisadas, o que demonstra que não existe um clareza de informações, esses dados segundo o Ministério da Saúde em 2020 são os seguintes: O SUS conta com 2.661 CAPs por todo o país, 686 SRTs -residências terapêuticas, casas moradia para pessoas com transtornos, inclui usuários de álcool de drogas que obtiveram alta de internação psiquiátrica, destas ainda mais 65

unidades acolhem moradores de rua ou em vulnerabilidade social, que eventualmente tenham transtorno mental, funcionam 24 hs por dia. Ainda segundo o Ministério são ofertados 1.622 leitos em 305 hospitais gerais, no país, para pacientes com casos agudos, ainda nos dados de 2020, são 29 as equipes de multiprofissionais por todo o país, estas formadas por médico, psiquiatra, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, enfermeiro e outros, que atuam junto a pacientes com transtorno em ambulatórios gerais, o que daria aproximadamente 1 equipe por estado. Grande parte dos dados e recursos são contestados por instituições que fiscalizam, o que diminui a credibilidade do próprio site governamental, devido a divergência de dados esta pesquisa também não deve apresentar resultados conclusivos, pois poderiam não ser condizentes com a verdade, o que instiga a realizar uma próxima pesquisa para a conclusão destes dados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Desde o início da colonização em nosso país, pudemos observar que já havia pessoas que necessitavam de cuidados especiais, a precariedade de recursos e de conhecimento existente na época foi sem dúvida um fator que contribuiu muito para que a doença mental fosse entendida e tratada de forma inadequada. A falta de defesa e de poder de expressão destes indivíduos levou-os durante muito tempo a uma situação de, vergonha, abandono, abuso, descaso, humilhação e toda sorte de sofrimento que um ser humano possa sofrer. O envolvimento em primeiro lugar dos profissionais da área médica foi de grande valia para as primeiras conquistas, pois o próprio entendimento médico ainda era precário, com o advento da Ditadura Militar, houve um período de esquecimento e sofrimento ainda maior para os pacientes internados, as Sta Casas, os asilos, as colônias psiquiátricas, qual fosse sua denominação passaram por períodos de superlotação, estes espaços tornaram-se prisões, locais de tortura com tratamentos desumanos, somente mais tarde com os movimentos sociais foram descobertos muitos destes espaços, dentre os quais um dos mais terríveis sem dúvida foi, o Hospital de Barbacena, palco de múltiplos horrores, incrivelmente documentado por Daniela Arbex, porém foi um divisor de águas, com a ajuda de Franco Basaglia e entidades nacionais e internacionais, deu origem a vários movimentos pela desinstitucionalização, e para a aprovação de leis mais efetivas, que respeitassem os direitos humanos destes pacientes, a lei 10.216 é esse grande avanço, após vieram alguns decretos e a implantação de políticas

públicas, com o advento da pandemia, as informações sobre recursos, e a fiscalização da destinação dos mesmos, viu-se totalmente prejudicada, organismos de controle nacional e internacional, não dispõem agora de dados reais para confrontar as informações, mesmo que oficiais, do Ministério da Saúde. Até onde essa pesquisa pôde avaliar, não é possível afirmar com certeza como estão os projetos em andamento, segundo fontes de sites como o desinstitute muitas denúncias destas entidades de fiscalização não puderam ser confirmadas, o objetivo maior dos CAPS e das SRT é que os doentes tenham atenção psicossocial, visando a integração com a sociedade e família. É preciso que não só as entidades fiscalizadoras, mas a sociedade como um todo venha a diminuir a exclusão dos portadores de transtornos, e tentar a sua reinserção na sociedade. Sendo necessário para isso que os mesmos tenham acesso a um tratamento mais humano e mais próximo dos avanços da medicina para sua área, protegidos por lei, uma vez que são cidadãos de direito, então conclui-se após a apreciação das pesquisas realizadas que no momento não pode ser obtido uma conclusão devido a fatores alheios a vontade da pesquisadora, mas também é o que estimula esta pesquisa a continuar, para que possa ser concluída.

6 REFERÊNCIAS

Ccs.saude.gov.br. **Memoria da loucura.** Disponível em:
<http://www.ccms.saude.gov.br/memoria%20da%20loucura/Mostra/apresenta.html>.
Acesso em: 15 out. 2021.

Desinstitute.org.br. **Uma-breve-e-recente-historia-da-reforma-psiquiatrica-brasileira.** Disponível em: <https://desinstitute.org.br/noticias/uma-breve-e-recente-historia-da-reforma-psiquiatrica-brasileira/>. Acesso em: 15 out. 2021.

HOLOCAUSTO brasileiro. 2016. P&B. Disponível em:
<https://danielaarbex.com.br/holocausto-brasileiro-documentario-hbo/>. Acesso em: 02 nov. 2021.

SANTOS, Pedro Antonio N. dos. **O percurso histórico da reforma psiquiátrica até a volta para casa.** 2015. Disponível em:
<https://repositorio.bahiana.edu.br:8443/jspui/handle/bahiana/366>. Acesso em: 02 nov. 2021

FOUCAULT, Michael. A história da loucura. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004